

## **Relações de trabalho: retrocesso ou avanço**

*Mauro Scheer Luis*

Com muita frequência fala-se sobre "flexibilização das relações de trabalho". Tem sido comum ouvir certas queixas dos empresários, tais como: "a CLT é muito antiga, e não se encaixa mais no perfil moderno e atual do Brasil", ou então: "a CLT não pode ser aplicada a profissionais de categoria executiva, seja porque seu grau de protecionismo é inaplicável a esses profissionais, seja porque os altos encargos impedem que os próprios executivos aceitem essa legislação como a mais apropriada para reger suas relações com as empresas". Entretanto, não é apenas a "flexibilização da legislação trabalhista" que está sendo reivindicada em nosso país. As divergências entre empresários e empregados, nunca suaves, ganham corpo no Brasil moderno. - Com efeito, as reivindicações dos obreiros, representados especialmente pelos sindicatos e pelas capitalizadas centrais sindicais, ganham a cada dia maior projeção. Prova disso é que com frequência cada vez maior os requerimentos da classe laboral são no sentido de: a) reduzir a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem prejuízo do salário; b) aumentar os direitos dos empregados domésticos, igualando-os aos do trabalhador comum; c) regulamentar o adicional de penosidade, já previsto na Constituição Federal desde 1988; d) conferir ao trabalhador estabilidade no emprego, de forma a aplicar de forma conservadora a Convenção 158 da OIT; e) regulamentar a terceirização, dificultando a sua existência; f) regulamentar a obrigação de prazos diferenciados de aviso prévio, em caso de rescisão do contrato por iniciativa do empregador, conforme seu tempo de casa.

O governo brasileiro mostra-se orgulhoso do fato de a penúltima crise mundial (2008/2009) não produzir grandes abalos em nossa economia e que, mesmo tendo gerado algum prejuízo ao Brasil, os efeitos negativos foram muito maiores em outros países, inclusive nos desenvolvidos, em comparação aos efeitos provocados em terras e bolsos brasileiros. Ampliando um pouco o escopo da análise, pensemos sobre as diferenças entre dois grupos de países: de um lado, Portugal, Grécia, Espanha, Itália e França. De outro, Reino Unido e, em especial, a Alemanha. Por que a crise atual tem sido muito mais contundente no primeiro grupo?

Pode-se falar muito sobre economia, moeda, títulos e dívida pública, mas qualquer análise será demasiadamente superficial se não levar em conta que os países da Europa mediterrânea são economicamente muito menos eficientes que Alemanha e Reino Unido, por exemplo.

Em países como a Espanha, durante o verão, os trabalhadores laboram por apenas seis horas diárias. Os encargos são altíssimos. Estamos em pleno verão europeu. De fato os espanhóis estão na praia mas, infelizmente, desempregados.

A crise europeia atual não foi provocada por fraudes em balanços - trata-se de uma crise de dívida pública. Mas parte de sua origem fática é, indubitavelmente, o fraco desempenho produtivo desses países. Altos encargos, pouca produtividade, muitos benefícios sociais - o que esta soma explosiva provoca, além de inflar a dívida pública e diminuir a produtividade das empresas? Qual é o verdadeiro desejo do Brasil? O governo é pressionado, de um lado, pelos empresários, que desejam um país mais produtivo, com menos encargos e mais emprego. Por outro lado, a classe trabalhadora reivindica mais direitos, mais benefícios, mais garantias, o que geraria um custo ainda mais alto.

Faz sentido considerar hipossuficiente um executivo com vinte anos de estudo que trabalhe numa companhia transnacional, sujeitando-o aos mesmos princípios, obrigações e direitos de um operário com o ensino fundamental incompleto?

Não muito raramente noticia-se que muitas empresas - especialmente de médio porte - têm migrado para países vizinhos (entre eles se destaca o Paraguai), carreando consigo todos os empregos, tributos e renda que antes circulavam no Brasil. Mas o movimento não se restringe a indústrias. Não se surpreenda ao estranhar o sotaque do atendente de telemarketing da empresa de cartões de crédito. Ele pode ser um indonésio que aprendeu a falar português o suficiente para atender, do outro lado do mundo, a ligação de um brasileiro.

Quem vai ganhar mais esta batalha trabalhista? Por enquanto, ninguém, e o Brasil perde. Perde empregos, tributos, renda, potencial de consumo. Perde para a China, Paraguai, Indonésia...

Qual é a solução? É a mesma de sempre: negociar. De nada adiantam bravatas de um lado, manifestações e passeatas de outro - as partes devem sentar-se à mesa e negociar para discutir o assunto mais importante: o futuro do Brasil.

**Fonte: DCI, São Paulo, 22 set. 2011, Caderno C, p. C12.**

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais.